

Avaliação como instrumento qualificador da docência universitária

Mara Regina Lemes De Sordi (UNICAMP/ BRASIL)

Resumo : O estudo discute a complexidade da criação de um espaço de apoio ao ensino e aprendizagem implementado em uma universidade brasileira com o intuito de qualificar o ensino de graduação. A proposta elege a avaliação participativa como articuladora do trabalho. Descreve-se o processo de implementação da política institucional e os achados do diagnóstico situacional que orientou as ações de apoio aos docentes, estudantes e gestores da universidade para qualificação do ensino de graduação.

Palavras chave: avaliação , educação superior, pedagogia universitária

Assesment like a strategic to qualify university teaching

Abstract : The text discusses the complexity of the creation of a space to support teaching and learning processes which the proposal was to qualify the pedagogical work developed in graduation courses of brazilian university. It describes the implementation's process and emphasizes the central role of assessment in the institutional politics. Finally introduces the reflection about preliminary founds of diagnose which defines new strategies and decisions that involved teachers, administrators and students to make possible the movement towards the quality on higher education

Keywords: pedagogical work; assessment; higher education; university teaching

Introdução

Os graves problemas sociais que afetam o mundo contemporâneo reclamam por uma tomada de posição dos educadores e neste sentido cresce o compromisso social que se espera dos cursos de graduação, o que convoca o professor universitário a novas missões ampliando seu leque de preocupação para além da dimensão técnico-pedagógica. Isso desafia as universidades a explicitarem que tipo de formação profissional e humana buscam desenvolver e a que interesses buscam servir. A avaliação da qualidade das disciplinas e dos cursos ministrados envolve invariavelmente

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



refletir sobre a qualidade da docência e dos docentes embora esta relação não deva ser pensada de modo dissociado de outros fatores que sobre esta qualidade atuam.

Cresce o número de docentes universitários que assumem alguma insegurança de sua ‘competência’ para o ensinar, pela quase absoluta ausência de formação pedagógica. Premidos pelas condições objetivas de trabalho que lhes são oferecidas; constrangidos pela cobrança de bons resultados dos estudantes nos exames nacionais ou internacionais; avaliados sob o viés do produtivismo das publicações científicas que realizam, denunciam o lugar periférico que as atividades de ensino vem ocupando nas atuais políticas de avaliação externa pondo em risco a qualidade da formação dos futuros profissionais.

Parece-nos importante recuperar a capacidade de reflexão sobre as repercussões deste quadro no campo da pedagogia universitária, uma vez que estas informam uma visão sobre as coisas e implicam juízos de valor que acompanham e justificam um jeito peculiar de atuar e retroatuar sobre o mundo produzindo qualidade educacional. Que tipo de qualidade temos produzido é a pergunta que se segue.

Nossa intenção ao iniciarmos esse ensaio trazendo à tona as contradições do mundo em que vivemos - cuja fluidez desafia nossa capacidade de entendimento dos pilares que o sustentam - ancoram nossa forma de entender a tarefa da educação superior, de pensá-la como estratégia de resistência ao que está vigendo, pelo compromisso com a formação humana, pela superação do viés mercadológico como marca única de qualidade a que as instituições de ensino devam se submeter.

Devemos nos comprometer com a formação de sujeitos sociais levando-os a se apropriar de competências plurais o que inclui as competências políticas, sem as quais não estarão à altura da transformação social inadiável que surge como imperativo ético aos, ainda pouco privilegiados, que tem acesso à educação superior especialmente na realidade brasileira.

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



Pode-se observar que mesmo submetidas a políticas de avaliação de cunho marcadamente regulatório, algumas universidades resistem à usurpação de seu projeto educacional.

Não podemos dissociar a reflexão sobre a avaliação que incide sobre nossas universidades dos objetivos a que devem servir. Isso nos faz interrogar acerca da qualidade social dos objetivos que queremos promover. Parece relevante observarmos a lógica dos modelos avaliativos que se implementa pela repercussão destas no alcance dos objetivos educacionais. Enfatizamos a responsabilidade ética que temos na proposição de formatos avaliativos alternativos que ajudem a mudar a cultura de avaliação vigente concebida para atender a fins precisos, de cunho nitidamente economicistas. Dias Sobrinho destaca que

a avaliação tem, preponderantemente, uma função ético-política de formação de cidadãos, isto é, de expansão dos processos de emancipação social e de aprofundamento da democracia. Esse paradigma prioriza a problematização dos sentidos, a compreensão dos processos, os procedimentos heurísticos, qualitativos e subjetivos, sem contudo deixar de considerar, de modo combinado, os procedimentos quantitativos e enfoques objetivos, isto é, estabelecendo uma aliança entre explicação e implicação (...) A avaliação não é então, somente derivada de uma razão pura, mas sobretudo de um pensamento constituído do relacional e do qualitativo, do movente e emergente, do imprevisível e incomensurável, do simbólico e polissêmico (2005, p.22).

Um olhar mais ampliado e cuidadoso sobre a avaliação permitirá enxergar a repetição e regularidade destas lógicas e seus vieses não apenas no que tange à aprendizagem, mas também no campo da avaliação institucional e na avaliação de sistemas. Temos como afirmar que a avaliação da aprendizagem dos estudantes espelha decisões de natureza política, tomadas fora da escola, mas que repercutem neste espaço, usando-o como legitimador e reproduzidor de uma ordem social que interessa ao processo de acumulação material.

Deriva daí a prudência ao desvelar esse intrincado processo que se vale da avaliação para classificar, rotular e submeter as pessoas, as instituições de ensino, as

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



nações para reconstruí-lo e utilizá-lo em favor de outra realidade social, mais produtora de solidariedade entre as pessoas.

Cunha (2005) lembra-nos que o professor universitário perdeu controle sobre os meios de produção de seu trabalho. Escravo da burocracia imposta pelas políticas de avaliação externas que recaem sobre seu trabalho e submetido a um excesso de demandas complementares que lhe tomam todo o tempo livre, o docente vê esvaziar-se a essência do seu papel educativo e formador.

O tempo necessário à criação e reinvenção de práticas pedagógicas que dialoguem mais com a complexidade da realidade social e com o perfil do estudante universitário vem sendo ceifado pelo excesso de controle central e burocrático que alguns gestores tratam de assegurar de modo a atender às demandas do sistema de avaliação externa. Professores, antes críticos deste estado de coisas, podem ao assumirem cargos de gestão não levar em conta a ampliação de sua margem de interferência nos rumos do ensino, da pesquisa e da extensão. Tendem a rapidamente assimilar o discurso da impossibilidade, adotando certo social conformismo frente ao instituído (SANTOS,2005).

Se considerarmos que a colegialidade tem sido a forma mais usual de se organizarem os processos decisórios no ensino superior, temos que considerar o importante papel que os gestores intermediários (coordenadores de cursos) podem exercer na ampliação de oportunidades para que a docência universitária possa ser aprimorada.

Zabalza (2004, p.94-95) lembra que estes líderes intermediários exercem duas funções: a de liderança transacional (momento em que se constituem como elo entre as cúpulas institucionais e as bases e usam o poder delegado pela instituição para garantir a disseminação de seus interesses, num processo claramente direcionado top-down) e a função de liderança transformacional (quando usam o espaço de poder para transcender a gestão que se limita à estrutura e à burocracia a fim de provocar impacto na cultura

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



institucional a fim de modificá-la). Devem, portanto, fazer escolhas e correr riscos se quiserem transformar as instituições e levá-las ao desenvolvimento.

Outro óbice à transformação da concepção de qualidade do ensino de graduação é a natureza do processo de trabalho que tipifica a docência universitária. Cunha o caracteriza como “Poucas tarefas coletivas e muitas individuais o que desabilita a partilha e a construção de uma base epistemológica da profissão” (2005, p.11).

Zabalza (2004) destaca que um dos dilemas vividos pelos docentes universitários é deslocar o eixo da formação centrada no ensino para uma formação centrada na aprendizagem. “O importante não é que se fale ou explique bem os conteúdos: o importante é como eles são entendidos, organizados e integrados em um conjunto significativo de conhecimentos e habilidades novas. (p.156)”.

À avaliação interessa colocar-se a serviço das aprendizagens, assistindo ao professor, aos estudantes e aos gestores, orientando-os formativamente a reverem seus avanços e vulnerabilidades e a construir possibilidades de superação, rumo ao alcance das competências pactuadas à luz do projeto pedagógico.

A avaliação como ato de comunicação é produtora de sentidos. Implica apropriação qualificada e qualificadora dos dados do processo para retomadas potentes, propulsoras do alcance dos objetivos que estão em jogo. Professores, estudantes e gestores universitários devem se tornar exímios na manutenção de um processo comunicacional plural que os coloque como aliados nesta atividade.

Avaliar pressupõe de alguma forma, revelar concepções. E a partir de concepções consensuadas elegem-se os referentes de qualidade que ancoram o processo de tomada de decisões. Isso revela a natureza política da avaliação. Ao passamos a enxergar a avaliação sob esta perspectiva, fica mais fácil entender as razões objetivas e subjetivas que subjazem a discussão sobre os referenciais de qualidade do ensino de graduação tornando o debate tenso.

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



O processo de formação universitária necessita extrapolar o mero compromisso com a dimensão profissional e instrumentalizar os docentes, em especial aqueles profissionais/professores, a ampliar, por meio de suas decisões pedagógicas, a dimensão acadêmica e humana que deve recuperar sua centralidade nos projetos pedagógicos dos cursos das diferentes áreas do conhecimento pelo que repercutem no significado de cidadania que incutem nos seus egressos.

Trata-se de algo sério e profundo que implica a redefinição inclusive do sentido da formação pedagógica dos docentes que não se restringirá ao domínio dos conteúdos das disciplinas nem a diversificação das metodologias mas incluirá o debate sobre a formação de profissionais com mentes abertas e críticas, inquiridoras e investigativas condizentes com os desafios do século XXI.

Alarcão (2001) sinaliza que

sendo a escola um lugar, um tempo e um contexto, sendo ela organização e vida, devendo ela espelhar um rosto de cidadania, que escola temos e que escola precisamos ter? (...) Uma coisa é certa. Urge mudá-la. Não apenas nos currículos que são ministrados, mas na organização disciplinar, pedagógica, organizacional. Nos valores e nas relações humanas que nela se vivem. É preciso repensá-la, pensando-a em contexto. Mas não basta que fiquemos apenas no pensar. Depois, é preciso agir para transformá-la “(p.19).

Boaventura Santos nos lembra a importância do resgate da utopia que, no entanto, reclama por outra subjetividade a que ele chama de emergente:

Esta subjetividade tem por um lado, que se conhecer a si mesma e ao mundo através do conhecimento-emancipação, recorrendo a uma retórica dialógica e a uma lógica emancipatória; por outro lado, tem de ser capaz de conceber e desejar alternativas sociais assentes na transformação das relações de poder em relações de autoridade partilhada e na transformação das ordens jurídicas despóticas em ordens jurídicas democráticas. Em suma, há que inventar uma subjetividade constituída pelo topos de um conhecimento prudente para uma ciência decente (2005, p.345).

Uma preocupação dos professores e gestores universitários é explicitar quem tem a primazia de definir o que é um bom projeto educativo. As tensões no campo

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



colocam frente a frente paradigmas que concorrem para obter hegemonia. Contra hegemonicamente movimentam-se instituições de ensino postulando uma formação humana , centrada na pertinência social dos egressos ancorados numa formação de raiz que valoriza a dúvida epistemológica e a aplicação edificante da ciência. Confrontam-se com os modelos de formação utilitarista em que impera a lógica do descarte tanto dos conhecimentos como dos objetos assim como dos afetos e das pessoas .

Observa-se uma demanda para o alargamento das fronteiras da formação universitária envolvendo uma nova concepção de tempos produtivos e improdutivos e uma sinalização de que a autonomia do estudante deve ser respeitada na gestão de seu tempo livre. Os desafios postos pela globalização instigam ainda a que se incluam experiências de internacionalização no ensino de graduação. Isso acarreta consequências claras nos projetos educativos, buscando superar estreitamento da concepção de currículo e gerando novos indicadores de qualidade.

A avaliação constitui-se importante instrumento de controle social sobre a qualidade da formação na educação superior, por isso pressupõe e implica a participação de todos os atores no processo. Reclama pelo diálogo e pela transparência valorativa. Se as políticas de avaliação de larga escala tem exercido grande influência nas dinâmicas curriculares dos cursos de graduação , definindo de fora para dentro o que deve ser levado em conta na formação de seus egressos, confirmando seu forte poder indutor e usurpador do currículo , que pelo menos, se concebiam políticas internas de avaliação que induzam a uma formação mais ampla e sensível ao entorno social.

A concepção de novos espaços nas estruturas de poder universitário podem se apresentar como estratégias qualificadoras do debate sobre qualidade do ensino de graduação. Ao planejá-los, a deliberação clara do lugar que a avaliação ocupará e mais do que isso as lógicas e os princípios que regerão o processo farão nítida diferença.

Um sistema de avaliação institucional deve levar em conta os mesmos pressupostos que a teoria crítica defende em relação à avaliação da aprendizagem :

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



visão processual, as circunstâncias em que foi concebida, forças atuantes, condições objetivas existentes, cultura e repertório anteriormente instalado nos atores envolvidos, compromisso com a recuperação das fragilidades e inconsistências tanto no campo da qualidade formal como política. Implica um olhar atento e que busque superar a aparência do fenômeno.

Baseado neste entendimento da avaliação como instrumento a serviço das aprendizagens e reconhecendo sua centralidade na cena universitária seja pelos processos de avaliação externa como pelo potencial indutor de mudança que esta categoria possui, foi concebido pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da UNICAMP (Brasil) um espaço de apoio ao ensino e aprendizagem que se orientou por pressupostos de uma avaliação orientada pelo pilar da emancipação.

O espaço se estrutura em três núcleos cabendo ao de avaliação a mediação entre o de ensino e de projetos. O desenho avaliativo toma a avaliação institucional como referência e reconhece o protagonismo da comunidade universitária nos processos de atribuição de sentidos e nas decisões subseqüentes.

Destaca-se o comprometimento dos gestores centrais com a concepção formativa de avaliação que perpassa o modelo realçando os significados desta opção política , qual seja manter-se fiel à sua função mediadora e de apoio à comunidade e coerente com sua opção ético epistemológica de pensar a avaliação como instrumento a serviço das aprendizagens. O uso da avaliação dentro desta lógica visa avaliar para qualificar; avaliar para conhecer; avaliar para interferir de modo coletivo e negociado nas fragilidades que despotencializam um ensino de graduação sintonizado com os desafios do século XXI.

Interessados em construir outra cultura avaliativa, a opção política do EA ² no que tange a instituição do “Programa de Avaliação da Graduação (PAG)” foi a sensibilização da comunidade universitária para a participação no processo. Isso gerou o principio da adesão voluntária e a aposta no engajamento gradativo da comunidade universitária por meio de devolutivas rápidas, dialogadas e consequentes dos dados para

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



os diferentes atores institucionais. Entendeu-se que o debate sobre os dados obtidos deflagraria processo mais amplo e permanente de inserir o ensino de graduação como pauta prioritária de trabalho visando examinar potências e vulnerabilidades e formas inteligentes de superação dos entraves ao alcance dos objetivos de uma graduação com nível de excelência.

O prévio consenso de que o objeto da avaliação era o ensino de graduação e a qualidade do trabalho pedagógico ali praticado implicou o afastamento de instrumentos centrados na díade professor/ estudante e que desconsiderassem as condições objetivas que afetam a prática docente; gerou a inclusão de dimensões que interferem, direta ou indiretamente, na qualidade do ensino e que constituem a contrapartida institucional para o projeto de qualificação da graduação. Isso implicou admitir que a avaliação da qualidade do ensino é determinada por um mix de fatores ligados ao docente, aos discentes e aos gestores; à natureza do trabalho pedagógico desenvolvido, à estrutura curricular e ao projeto pedagógico de cada curso/área; à infraestrutura e a existência de apoio logístico para desenvolvimento das atividades fins da graduação. Buscou-se ainda mapear quem é o estudante da graduação e como este constrói sua relação com a vida universitária. Estes elementos subsidiaram a concepção do instrumento de avaliação que foi testado inicialmente em cursos que se voluntariaram antes de institucionalizar-se como política.

A tomada de decisão de avaliação do ensino de graduação da UNICAMP configurou-se como uma opção relevante dada a gama de informações que a avaliação faz circular desafiando os atores institucionais a refletirem sobre os significados dos dados e sobre os encaminhamentos necessários para que se alcance a qualidade e ou excelência dos projetos pedagógicos desenvolvidos nos diferentes cursos.

O encaminhamento metodológico do formato avaliativo contribuiu para que se visse a avaliação como instrumento de gestão pedagógica e como uma categoria de ação que envolve múltiplos atores e instâncias. Esta postura se referencia no uso da avaliação como ordenadora dos diálogos topo/base em suas dimensões internas e

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



parcialmente satisfatória em relação à carga horária das disciplinas. Os estudantes consideram positiva a assiduidade dos docentes e indicam que aulas são cumpridas e repostas em caso de eventuais ausências do docente.

Observa-se no entanto alguma tensão quando os estudantes se manifestam sobre o processo de avaliação das aprendizagens. Mesmo quando indicam que conhecem os critérios de avaliação da disciplina (76%) e avaliam como positiva a coerência da avaliação com os conteúdos trabalhados (68%) os estudantes se ressentem dos usos que o professor faz dos resultados da avaliação. Há divisão na forma de avaliar estes quesitos o que revela a postura diferenciada dos docentes no que tange à discussão dos resultados da aprendizagem (considerada parcialmente satisfatória por 23% dos alunos e inexistente para 22% dos respondentes). Há críticas também no tempo de disponibilização utilizado pelos docentes para divulgar os resultados de modo a permitir o monitoramento do desempenho na disciplina. Uma vez mais dividem-se os alunos pois 62% manifestam-se satisfeitos neste quesito enquanto que os demais posicionam-se como parcialmente satisfeitos (21%) ou insatisfeitos (16%) alegando a não ocorrência desta devolutiva em tempo hábil.

Os docentes ao se auto avaliarem apresentam posições que confirmam a avaliação positiva dos estudantes. No que tange aos procedimentos avaliativos percebem suas micro decisões como adequadas avaliando-se de forma altamente satisfatória (98%) dizem que esclarecem os critérios de avaliação, 82% acham que disponibilizam em tempo hábil os resultados e 88 % informam que discutem os resultados com os alunos e que consideram integralmente adequadas as avaliações que propõem em relação ao conteúdo programático e atividades da disciplina (93%).

O desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica dos estudantes é considerada presente na forma de condução dos trabalhos nos cenários de aprendizagem por 93 % dos professores em contraste com a visão dos estudantes que indicam que percebem este compromisso como atendido integralmente (62%) e como parcialmente atendido (22%) e não presente para 13% dos alunos.

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



As primeiras aproximações entre o (EA) ² e os coordenadores dos curso foi considerada estratégica para dar continuidade à função serviço que compete ao órgão recém criado. O PAG cumpriu seu papel constituindo um marco para a retomada do diálogo sobre o ensino de graduação com os múltiplos atores institucionais . Os coordenadores lembram alguns limites e tentam auxiliar o fortalecimento do programa. Apontam a fragilidade da fase de sensibilização com repercussão na adesão e questionam a representatividade dos dados. Há demandas para que o processo deixe de ser voluntário. Sugerem mudanças no formato e também em aspectos ligados ao acesso dos dados (ambiente virtual). Indicam a necessidade de uso dos dados no relatório trienal de atividades docentes e lembram certo descrédito nos processos de avaliação que tendem a não ultrapassar o momento da coleta de dados.

Confirma-se a potência do (EA) ² pelas demandas recebidas relacionadas a apoio às iniciativas de reestruturação curricular, realização de oficinas pedagógicas, intermediação junto a PRG e reitoria acerca das fragilidades identificadas e que afetam a qualidade da graduação no sentido de atenderem às demandas realizadas; pedido de ajuda para “superar convivência com precariedade”.

O (EA) ² coerente com sua missão incorporou as sugestões dos coordenadores deliberando pelo estreitamento da parceria. Parceria que une atores diferentemente situados mas igualmente comprometidos com a qualificação do ensino de graduação da UNICAMP. Isso proposição de fórum institucional cujo objetivo será o de revisitar os indicadores de qualidade da graduação e formular Pacto de Qualidade Negociado (BONDIOLI, 2004). Ratifica-se o uso da avaliação como estratégia qualificadora do ensino de graduação desde que os dados não permaneçam adormecidos nos relatórios e que possam ser apropriados em tempo hábil pela comunidade que os gerou para produzir novos significados e embasar os processos decisórios tanto centrais como locais.

Bibliografia

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2



pedagógico dos cursos de graduação : o confronto entre formar e instruir *Revista Estudos ABMES*, Brasília ano 23 nº 34 abr.de 2005, p-29-41

SORDI, Mara R.L Avaliação universitária : mecanismo de controle, de competição e exclusão ou caminho para a construção da autonomia, da cooperação e da inclusão?
In: Veiga, I.P.A. & Naves, M.L.P (org) *Currículo e avaliação na educação superior*
Araraquara: Junqueira& Marin, 2005

ZABALZA, Miguel. A. *O ensino universitário , seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004

SECRETARIA TÉCNICA

VII CIDUI

ISBN 978-84-695-4073-2

